



# ECONOMIA VERDE' E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PORTUGAL

## 'GREEN ECONOMY' AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: STRATEGIC OPTIONS FOR PORTUGAL

**RESUMO** O conceito de 'Economia Verde' (*Green Economy*) nasce antes de mais do desafio Humano em criar uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável e resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Mas afinal o que é a 'Economia Verde'? Estaremos perto de lá chegar, exigirá grandes mudanças sociais e políticas, teremos os instrumentos necessários para a fomentar, monitorizar, afinar? Quais riscos e custos sociais e económicos gerados pelos padrões recorrentes de uso excessivo de recursos naturais e da desregulação dos serviços dos ecossistemas? Conseguiremos proceder à transição de uma forma sistémica, recorrendo à economia ecológica e à transformação tecnológica? Sendo Portugal um país historicamente com grande vocação agrícola, florestal, marítima e turística, estará melhor preparado para aceitar, promover e desenvolver a inovação necessária para a transição para a 'Economia Verde'? Será possível acompanhar a transição política e estratégica ao nível dos instrumentos de planeamento económico e territorial? Temos estratégias e planos para o desenvolvimento sustentável (ENDS), para a conservação da Natureza e da biodiversidade (ENCNB) e para o ordenamento do território (PNPOT), entre muitas outras estratégias, planos estratégicos, planos de ordenamento, planos de acção e tantos outros planos, estratégias e instrumentos. O que se pretende com este trabalho é criar uma base conceptual para acompanhar o desenvolvimento da temática da 'Economia Verde' e qual a sua importância nos mecanismos e instrumentos de planeamento territorial, partindo de uma primeira análise exploratória de cruzamento dos principais instrumentos de desenvolvimento (idealmente, sustentável) nacional que tem como base a gestão de capital natural e analisar como poderão responder aos desafios da 'Economia Verde'?

**ABSTRACT** The concept of 'Green Economy' rises from the human challenge of creating a fairer, balanced and sustainable improvement of human welfare and social equality, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcity. So, what is 'Green Economy'? And will it require major social and political changes? Do we have the necessary tools to promote, monitor, assess a 'Green Economy'? What are the risks regarding social and economic costs generated by recurring patterns of overuse of natural resources and the deregulation of ecosystem services? Can we make systematic transition, using ecological economics and technological adaptation? Portugal is a country with historically great potential in agriculture, forestry, marine and tourism, will it be ready to accept and foster the innovation necessary for a 'Green Economy' transition? Is it possible to monitor the transition of the economic and territorial planning instruments at the political and strategic level? Will the current national strategic plans for sustainable development (ESDS), nature conservation and biodiversity (ENCNB) and planning (PNPOT), along with other strategic plans, development plans, action plans and many other plans, strategies and instruments follow and foster the change? The aim of this paper is to explore a conceptual basis for monitoring the development of the theme of 'Green Economy' and its importance regarding the mechanisms and instruments of policy and planning, starting from an initial exploratory analysis of the intersection of the main instruments of development (ideally, sustainable) which is based on the national management of natural capital and examine how they can meet the challenges of 'Green Economy'.

### PALAVRAS-CHAVE

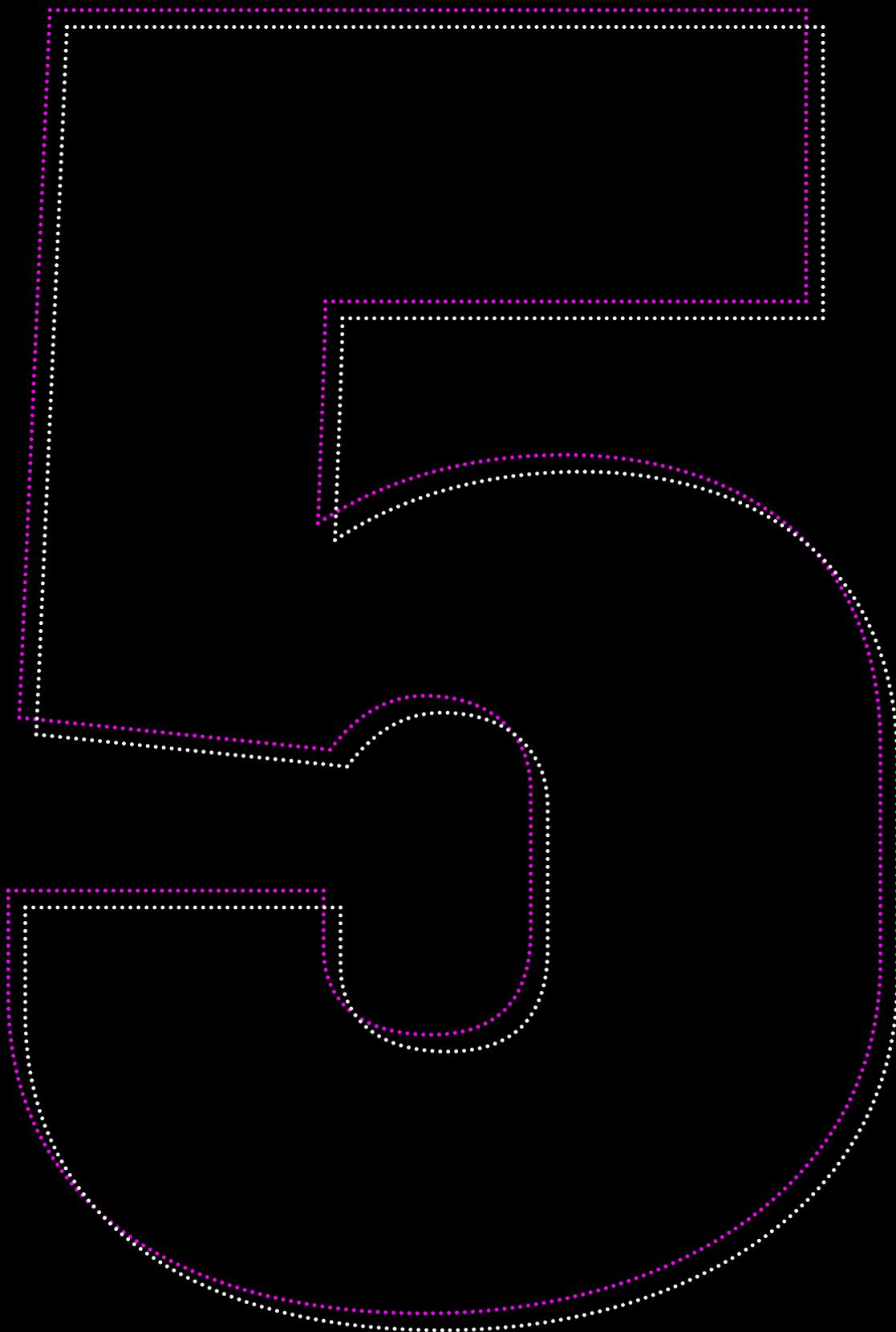
Green Economy, Economia Verde, Biodiversidade, Sustentabilidade, Planeamento Territorial

### KEYWORDS:

Green Economy, Biodiversity, Sustainability, Planning

**NUNO GASPAR OLIVEIRA** PhD Candidate | CIGEST – Centro de Investigação em Gestão, Área de Sustentabilidade e Economia Natural. Instituto Superior de Gestão. Portugal **WINSTON JERÓNIMO** PhD Candidate | CENSE, Center for Environmental and Sustainability Research, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Portugal







# 1. INTRODUÇÃO

*“A economia significa o poder de repelir o supérfluo no presente, com o fim de assegurar um bem futuro e sobre este aspecto representa o domínio da razão sobre o instinto animal.”*

Thomas Atkinson

## 1.1. ECONOMIA VERDE: CHAVÃO OU CHAVE?

O conceito de 'Economia Verde' (*Green Economy*) nasce antes de mais do desafio Humano em criar uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável e da pressão política e económica para encontrar soluções práticas para resolver o dilema do Desenvolvimento (In)Sustentável (p.e.: Roefie, 1990). De facto, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente define 'Economia Verde' como “[uma nova economia] que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011). A 'Economia Verde' é também a grande estrela da 'Rio+20', a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorrerá em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil (<http://www.uncsd2012.org/rio20/>). Mas afinal o que é, ou poderá ser, a 'Economia Verde'? Estaremos perto de lá chegar, exigirá grandes mudanças sociais e políticas, teremos os instrumentos necessários para a fomentar, monitorizar, afinar (p.e.: *Pearce et al.*, 1993)? E em termos de planeamento e ordenamento territorial, os actuais instrumentos e planos conseguem capturar os benefícios e oportunidades de um desenvolvimento económico 'verde' devidamente enquadrado nas valências do território, quer do ponto de vista dos recursos naturais como das populações e suas

actividades socioeconómicas (p.e.: Blakeley & Leigh, 2010)? E o Estado, será um 'entrave' ou 'facilitador' (p.e.: Jacobs, 1991)? Como pode a economia mudar significativamente se, por factores de base demográfica, os políticos e decisores que vão lidar com este problema são de uma geração em que a abundância, lucro, crescimento económico ilimitado e até a ganância, como nos podemos recordar no célebre discurso 'Greed is Good' da personagem 'Gordon Gekko', interpretado por Michael Douglas no filme 'Wall Street' de Oliver Stone, 1987. Seja como for, a transição é inevitável, inadiável e imperiosa, e só poderá acontecer com um alto nível de envolvimento entre governo, sector privado e terceiro sector. E fundamentalmente, com o exercício diário de cidadania de cada um de nós.

Relativamente à relação da 'Economia Verde' com a biodiversidade e os ecossistemas, salientam-se as seguintes questões e desafios práticos ao desenvolvimento e implementação da 'Economia Verde' (p.e.: Gramkow & Prados, 2011; UNEP, 2011):

- Quais riscos e custos sociais e económicos gerados pelos padrões recorrentes de uso excessivo de recursos naturais e da desregulação dos serviços dos ecossistemas (p.e.: Costanza et al., 1997, 207; Hopper, 2004; MEA, 2005; Kettunen & ten Brink, 2006; Jones-Walters & Mulder, 2009; TEEB Foundations, 2010; DEFRA, 2011)?
- Será possível ligar a geração de rendimentos e de postos de trabalho com a mitigação da pobreza e conservação do capital natural (p.e.: UNEP et al., 2008; UNDESA, 2009; Nunes et al, 2011; Ocampo et al., 2011)?
- Conseguiremos proceder à transição de uma forma sistémica, recorrendo à economia ecológica e à transformação tecnológica (p.e.: UNEP et al., 2008; UNCTAD, 2011; UNESCO, 2011; UNDESA, 2011)?
- Como funciona a relação entre a 'Economia Verde' e o Desenvolvimento Sustentável? Haverá o risco de desvio em direcção a aspectos mais economicistas promovidos pelo (ab)uso de instrumentos



- de mercado 'clássicos' (p.e.: Rees & Wackernagel, 1996; Portuguese Presidency of the EU Council and European Commission, 2007a; Schaltegger & Burritt, 2010; UN General Assembly, 2011)?
- Será possível que a via da implementação de políticas públicas na promoção da 'Economia Verde' poderá garantir os direitos comuns relativos à manutenção das funções e serviços dos ecossistemas de forma a tornar o conceito mais concreto, instrumental e perceptível e menos abstracto, diplomático e politizado (TEEB, 2008, 2009, 2010; IEEP, 2010; Najam et al., 2011; Silvis, 2011; UNECE/FAO, 2011)?
  - Será que só as economias que já disponham de capital humano e tecnológico para o "esverdeamento" da economia é que estarão preparadas para tomarem o 'pelotão da frente' (p.e.: UNEP et al., 2008; Nunes et al., 2011; Ocampo et al., 2011; PNUMA, 2011)?
  - Na 'Economia Castanha', os sectores poluidores tem crescimentos mais rápidos, duradouros e apetecíveis para os investidores. Como é que os mercados poderão reagir à crescente pressão para desqualificar ou penalizar fortemente estes sectores (p.e.: Hawken et al., 2000; Barbier, 2010; Schaltegger & Burritt, 2010; EEA, 2011)?
  - A 'Economia Verde' virá confirmar ou renegar a dicotomia entre crescimento económico e conservação ambiental? Conseguiremos finalmente assistir à já famosa internalização das externalidades ambientais nos instrumentos de planeamento e gestão económica, financeira e fiscal (p.e.: TEEB, 2008, 2009, 2010; TEEB Foundations, 2010; Houdet et al., 2011, UNESCO, 2011)?
  - Sendo Portugal um país historicamente com grande vocação agrícola, florestal, marítima e turística, estará melhor preparado para aceitar, promover e desenvolver a inovação necessária para a transição para a 'Economia Verde' (p.e.: Portuguese Presidency of the EU Council and European

Commission, 2007a, 2007b; ICNB 2009, 2011; Pereira et al., 2009)?

- Será possível acompanhar a transição política e estratégica ao nível dos instrumentos de planeamento económico e territorial? Irá a 'Economia Verde' ser a base de desenvolvimento urbano e metropolitano (p.e.: Rees & Mathis, 1996; UNDESA, 2009, 2011; TEEB, 2010; Puppim de Oliveira et al., 2011)?
- Será a 'Economia Verde' capaz de monetarizar e regular os aspectos mais sensíveis da gestão sustentável de recursos naturais, nomeadamente no que se refere aos princípios da insubstituibilidade de alguns recursos bem como da resiliência dos ecossistemas (p.e.: Costanza et al., 1997; MEA, 2005; CBD, 2011; CEC, 2011; DEFRA, 2011, TEEB Foundations, 2010)?

## 1.2. OS DESAFIOS DA ECONOMIA VERDE

De acordo com a perspectiva do Programa Ambiental das Nações Unidas em relação ao que deve ser a 'Economia Verde', importa destacar os seguintes desafios (PNUMA, 2011, UNEP, 2011):

- **Uma economia verde valoriza e investe no capital natural**, nomeadamente a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas são considerados normalmente como bens comuns cuja invisibilidade económica foi, até agora, uma causa importante para sua subvalorização, má administração e, por fim, conseqüente degradação e perda. No entanto, a valoração económica dos serviços dos ecossistemas é uma parte fundamental do 'capital natural'. Bens naturais, tais como florestas, lagos, pântanos e bacias hidrográficas são componentes essenciais do capital natural a nível dos ecossistemas, elementos cruciais de uma economia verde;
- **Uma economia verde é primordial para a diminuição da pobreza contínua**, a forma mais visível de desigualdade social, relacionada com o acesso desigual à educação, saúde, disponibilidade de crê-



dito, oportunidades de geração de renda e garantia de direitos de propriedade. Uma característica importante de uma economia verde é que procura gerar diversas oportunidades para desenvolvimento económico e diminuição da pobreza sem aniquilar ou degradar o capital natural de um país;

- **Uma economia verde gera empregos e melhora a igualdade social**, entrando em contra ciclo com a deterioração da economia mundial iniciada com a recessão de 2008, provocada pela crise bancária e de créditos e choques de preços, tendo a preocupação com o desemprego chegou a níveis nunca alcançados. Já houve pesquisas e evidências na parte das oportunidades de emprego para 'esverdear' a economia (Barbier, 2010; TEEB, 2010). Diversos países responderam com planos concentrados em empregos para estímulo fiscal com componentes "verdes" significativos, tais como a China e a Coreia do Sul. As políticas voltadas para pequenas e médias empresas (PME) representam uma promessa significativa, pois elas contam com uma grande parte dos empregos e do crescimento da abertura de postos de trabalhos;
- **Uma economia verde substitui os combustíveis fósseis por energias renováveis e tecnologias de baixa emissão de carbono** de forma a aumentar o fornecimento de energias renováveis e reduzir os riscos de aumentos de e volatilidade dos preços para os combustíveis fósseis. O actual sistema de energia baseada em combustível fóssil está na génese das alterações climáticas. O sector da energia é responsável por dois terços das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estima-se que os custos das alterações climáticas em termos de adaptação atinjam até 170 mil milhões em 2030, metade dos quais poderiam ser arcados pelos países em desenvolvimento;
- **Uma economia verde promove o uso eficiente de recursos e energia**, sendo que o custo do uso dos recursos naturais de modo ineficiente geralmente

nunca foi, sob o ponto de vista histórico, um factor limitante para o desenvolvimento humano, amplamente pela nossa incapacidade em perceber 'limites', fruto do contexto histórico milenar de exploração de um mundo amplamente 'selvagem', onde era frequente a descoberta de novos recursos. Ao dobrar da primeira década do séc. XXI temos finalmente a certeza de que o planeta, bem como os seus recursos e a sua capacidade de suporte tem limites;

- **Uma economia verde oferece um estilo de vida urbana mais sustentável e uma mobilidade com baixa emissão de carbono**, sendo que actualmente 50% da população mundial vive em áreas urbanas, onde consome 60-80% de energia e é responsável por 75% das emissões de carbono. O rápido processo de urbanização pressiona o abastecimento de água potável, os sistemas de esgoto e a saúde pública e, com frequência, resulta na oferta de infraestruturas precárias, no declínio do desempenho ambiental e em custos significativos para o sector de saúde pública. Neste contexto, existem oportunidades únicas para que as cidades aumentem a capacidade e produtividade energética, reduzam as emissões de carbono, assim como o desperdício, e promovam o acesso aos serviços fundamentais através de modalidades inovadoras de baixo carbono – economizando dinheiro ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade e estimula a inclusão social;
- **Uma economia verde, com o passar do tempo, cresce mais rapidamente do que a economia 'castanha', enquanto mantém e restabelece o capital natural**, uma das questões essenciais que se foca na aparente permuta entre desenvolvimento e qualidade ambiental. Existem múltiplas oportunidades de investimento na transformação de sectores chave da economia para diminuir a intensidade e melhorar a eficácia dos recursos. Um cenário de investimento verde de 2% do PIB mun-





dial proporcionaria um crescimento a longo prazo, entre 2011-2050, pelo menos tão elevado quanto as previsões mais optimistas do modelo das práticas atuais, ao mesmo tempo que evitaria riscos consideráveis de desvantagens, tais como os efeitos das alterações climáticas, maior escassez de água e degradação de serviços dos ecossistemas.

### 1.3. O "ECOSSISTEMA" DA ECONOMIA VERDE

O estudo *'A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade' ('The Economics of Ecosystems and Biodiversity')* demonstra que a protecção das áreas naturais pode trazer retornos muitas vezes superiores aos custos da sua protecção (TEEB, 2008, 2009, 2010). Existem oportunidades de negócio da ordem dos vários milhões de Euros disponíveis para desenvolver bens e serviços com mais-valias ecológicas, assim como mercados emergentes que servirão de suporte à valorização quer de novos produtos como de serviços de compensação ecológica, desde o sequestro/manutenção de stocks de carbono florestal até à recuperação de zonas húmidas ou bancos de habitats para projectos de desenvolvimento urbano ou agrícola. Também o relatório *'Rumo à uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza'* (UNEP, 2011) refere que "Um investimento de apenas 2% do PIB global (actualmente cifrado em cerca de US\$ 1,3 biliões) em dez sectores-chave como agricultura, edificações, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, água e gestão de resíduos pode dar início à transição rumo à uma economia de baixo carbono ['Economia Verde'] e eficiência de recursos". No entanto, a natureza destes investimentos deve ter como base reformas estruturais de políticas nacionais e internacionais, bem como reformas nos sistemas económico e financeiro, de forma que o valor do capital natural (Voora & Venema, 2008) possa ser devidamente capturado, entendido e internalizado pelos indicadores de desenvolvimento socioeconómico e ambiental dos países. A própria noção de escassez, quer

de bens essenciais como a água ou alimentos como de serviços de suporte social de combate contra a pobreza e abandono rural, deverá ser revista, de acordo com o relatório *'The Social Dimension of Biodiversity Policy'* à luz das oportunidades de criação de postos de trabalho, novas empresas e modelos de organização social orientados para o desenvolvimento local (Nunes *et al.*, 2011).

### 1.4. EM BUSCA DE UM REFERENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE UMA 'ECONOMIA VERDE' EM PORTUGAL: ENDS

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de Junho, o XVII Governo Constitucional decidiu relançar o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ([www.plano-tecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS\\_2015.pdf](http://www.plano-tecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf)), nomeando uma equipa de projecto encarregue de, à luz do Programa do Governo e da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, bem como de todos os documentos e pareceres elaborados ao longo do processo, apresentar uma nova e actualizada proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respectivo Plano de Implementação (PIENDS). Este instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2015, visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013, e fazendo apelo à iniciativa dos cidadãos e dos diversos agentes económicos e sociais. A ENDS-2015 acaba por ser aprovada em Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 no Diário da República, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007 ([http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS-RCM\\_109\\_2007\\_20Ago2007.pdf](http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS-RCM_109_2007_20Ago2007.pdf)). O designio integrador e mobilizador adoptado pela ENDS é o de "Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competi-





tivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social."

A adopção por Portugal da ENDS-2015 insere-se numa iniciativa global, iniciada com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também designada por ECO'92 - Cimeira da Terra, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992. Com efeito, a Agenda 21, adoptada na CNUAD, incentivou os Estados a adoptarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, como forma de aplicar e desenvolver as decisões da Conferência, corporizadas na referida Agenda 21 e nos designados acordos do Rio (em particular as convenções internacionais para as alterações climáticas e para a diversidade biológica). O apelo à elaboração destes documentos estratégicos, que devem reforçar e harmonizar as políticas nacionais para a economia, as questões sociais e o ambiente, foi reafirmado na Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas de 1997 (Rio+5), na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Joanesburgo, em 2002 (Rio+10) e, mais recentemente, na Cimeira Mundial das Nações Unidas de 2005 (60ª Sessão Plenária da Assembleia Geral), onde os líderes mundiais confirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizaram o contributo primordial das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento para o alcançar, sendo mais reforçada na Cimeira 'Rio+20', realizada em Dezembro de 2011. Neste sentido, a própria União Europeia adoptou, no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável ("Uma Europa sustentável para um mundo melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável"), em complemento da Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000. Esta Estratégia foi revista no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006. Assim, a ENDS foi elaborada de forma compatível com os princípios orientadores da Estratégia Europeia, dando resposta aos seus objectivos chave e aos desafios. É fundamental que o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o desenvolvimento da 'Economia Verde' encontre o

máximo de pontos em comum com os elementos apontados como prioridades.

Em termos concretos, a ENDS afirma sete objectivos de acção:

- Primeiro objectivo: Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento". Este objectivo incorpora dois sub-objectivos cruciais: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento;
- Segundo objectivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética. Pretende-se um crescimento mais rápido da economia, potenciado pelo desenvolvimento de comportamentos responsáveis por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.
- Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural e construído seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável.
- Quarto objectivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social. Este objectivo estratégico visa a garantia da satisfação das neces-





sidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social.

- Quinto objectivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território. O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional.
- Sexto objectivo: Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional. Essa cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objectivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.
- Sétimo objectivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. Pretende-se, assim, reforçar o contributo da Administração para o desenvolvimento do País, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar

os procedimentos administrativos, valorizar as tecnologias da informação e comunicação, adoptar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.

## 1.5. EM BUSCA DE UM REFERENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE UMA 'ECONOMIA VERDE' EM PORTUGAL: ENCNB

Em Maio de 2006, a Comissão Europeia adoptou a Comunicação: "Travar a perda de biodiversidade até 2010 – mais além – preservar os serviços ecossistémicos para o bem-estar humano" (CEC, 2006), que inclui um ambicioso Plano de Acção para a concretização deste objectivo. A referida Comunicação reconhece a necessidade de um esforço concertado de todos os Estados-membros e Sectores da sociedade para se atingir a meta acima indicada. Em Portugal, a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, atribuiu ao Governo a responsabilidade de elaborar a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza** (<http://dre.pt/pdf1s/2001/10/236B00/64256451.pdf>) na perspectiva da mesma constituir um instrumento integrador das políticas de Conservação da Natureza com as outras políticas Sectoriais relevantes. Para além disso, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) (Decreto-Lei n.º 21/93 de 29 de Junho) estipula, também, a necessidade de dotar as Partes Contratantes de uma estratégia para a Conservação da Diversidade Biológica. A 11 de Outubro de 2001, foi adoptada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), a qual é uma ferramenta estratégica da maior relevância, a nível nacional, nomeadamente para se alcançar o compromisso de, até 2010, parar a perda da Biodiversidade.

A ENCNB vigora entre 2001 e 2010<sup>1</sup> e assume **três objectivos gerais**: – conservar a natureza e a diversidade

<sup>1</sup> Nota: Apesar de teoricamente já ter terminado o prazo para a sua implementação, ainda está em curso à data de Dezembro de 2011 e amplamente por implementar...





biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da Biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Estes objectivos concretizam-se através de dez Opções Estratégicas (OE), nomeadamente:

- 1) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- 2) Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- 3) Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- 4) Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
- 5) Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- 6) Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- 7) Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;

- 8) Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
- 9) Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;

10) Intensificar a cooperação internacional.

A ENCNB constitui o instrumento fundamental para a efectiva integração das diferentes políticas sectoriais (ICNB, 2009). É um documento de âmbito nacional em que se privilegia a referida integração e onde se reconhece que a concretização dos objectivos visados exige uma co-responsabilização das diferentes políticas sectoriais relevantes. Em termos de integração de planos e estratégias, importa referir que na Opção Estratégica 6) é indicado que ao nível dos instrumentos próprios de planeamento estratégico essenciais para a integração dos princípios da Conservação da Natureza e da Biodiversidade nas políticas sectoriais relevantes deve haver cruzamento de opções e planos entre a ENCNB e a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação (PNDS) e os Programas Operacionais e regulamentos específicos para co-financiamento comunitário no âmbito do QCA III e do QREN. Entre outros instrumentos identificados ainda dentro da Opção Estratégica 6) como fundamentais para um processo consistente de integração de políticas, assinalam-se os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), com aplicação directa na política de ordenamento do território e com implicações nas diferentes políticas Sectoriais, com destaque para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPO, os Planos Regionais de Ordenamento do Território – PROT, os Planos Municipais de Ordenamento do Território – PMOT (onde se englobam os Planos Directores Municipais – PDM), os Planos Especiais de Ordenamento do Território – PEOT, etc. No âmbito dos Planos Sectoriais, são exemplos o Plano Sectorial da Natura 2000 e os Planos de Bacia Hidrográfica e os PROF. Todavia, e ainda de acordo com os técnicos do ICNB (ICNB, 2009), apesar da existência de diversos instrumentos de planea-



mento estratégico, fica contudo por conhecer a sua real eficácia. De facto, a ausência de indicadores e de mecanismos de avaliação, nomeadamente de ordem ecológica e económica, são factor impeditivo de uma monitorização consequente da execução, tanto da ENCNE, como dos instrumentos a ela associados.

## 1.6. EM BUSCA DE UM REFERENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE UMA 'ECONOMIA VERDE' EM PORTUGAL: PNPOT

O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) [Anexo à Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, rectificado pela declaração n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007] visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, conforme disposto nos artigos 26º a 29º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro e constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes IGT. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 380/99, o PNPOT: "estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente, os PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia" (art. 26º); e "estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural" (n.º 1a), art. 28º).

No PNPOT defende-se que as políticas de ordenamento e desenvolvimento do território deverão ter a ambição de contribuir de forma inovadora e duradoura para que Portugal seja:

- Um espaço sustentável e bem ordenado;
- Uma economia competitiva, integrada e aberta;
- Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar;
- Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

Defende-se ainda que para que Portugal seja um espaço sustentável e bem ordenado, o modelo territorial e o programa de políticas devem dar corpo às seguintes opções estratégicas:

- Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola;
- Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infra-estruturas;
- Estruturar nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral de Portugal Continental.

Para que Portugal seja um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem estar, o modelo territorial e o programa de políticas devem dar corpo, *inter alia*, à seguinte opção estratégica:

- Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços colectivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.

Seria também proposto que o PNPOT fosse implementado em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), que enquadra estrategicamente as políticas de desenvolvimento do país nos próximos anos, no sentido de "tornar Portugal num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social".

Ao nível do desenvolvimento Territorial de Portugal, o PNPOT centra-se na identificação de vinte e quatro



grandes problemas a que o país deverá dar resposta nos próximos 20 anos, ou seja, no horizonte temporal do PNPOT, agrupando-os em seis domínios:

1. Recursos naturais e gestão de riscos;
2. Desenvolvimento urbano e rural;
3. Transportes, energia e alterações climáticas;
4. Competitividade dos territórios;
5. Infra-estruturas e serviços colectivos;
6. Cultura cívica, planeamento e gestão territorial.

## 2. RUMO A UMA ECONOMIA VERDE – PORTUGAL ESTARA NO BOM CAMINHO?

*“There is a sufficiency in the world for man's need but not for man's greed”*

*Mohandas K. Gandhi*

Estaremos? Temos estratégias e planos para o desenvolvimento sustentável, para a conservação da Natureza e da biodiversidade e para o ordenamento do território, entre muitas outras estratégias, planos estratégicos, planos de ordenamento, planos de acção e tantos outros planos, es-

tratégias e instrumentos que seria completamente impossível sequer elencá-los e caracterizá-los devidamente em menos de várias dezenas de páginas. Mas o que se pretende com este trabalho é cruzar alguns dos principais instrumentos de desenvolvimento (idealmente, sustentável) nacional que tem como base a gestão de capital natural, nomeadamente a ENDS, a ENCNB e o PNPOT. E como é que estes instrumentos estratégicos e políticos poderão responder aos desafios da 'Economia Verde'?

**TABELA 1. RELAÇÃO ENTRE OS DESAFIOS DA 'ECONOMIA VERDE', OS OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ENDS), OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB) E OS DOMÍNIOS DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT).**



DESAFIOS DA 'ECONOMIA VERDE'	ENDS	ENCNB	PNPOT
Valorização e investimento no capital natural, nomeadamente na biodiversidade e os serviços dos ecossistemas	Terceiro objetivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património.	OE1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas; OE3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; OE4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;	Domínio 1. Recursos naturais e gestão de riscos; Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural;
Mitigação e diminuição da pobreza	Quarto objetivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.	OE5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;	Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural; Domínio 4. Competitividade dos territórios;
Geração de empregos e melhoria da igualdade social	Primeiro objetivo: Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"	OE2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas; OE8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade; OE9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;	Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural; Domínio 4. Competitividade dos territórios; Domínio 6. Cultura cívica, planeamento e gestão territorial
Substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis e tecnologias de baixa emissão de carbono	Segundo objetivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.	Sem relação evidente	Domínio 3. Transportes, energia e alterações climáticas;



Promoção do uso eficiente de recursos e energia	Segundo objetivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.	OE6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; OE7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local	Domínio 3. Transportes, energia e alterações climáticas;
Estilo de vida urbana mais sustentável e uma mobilidade com baixa emissão de carbono	Quinto objetivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.	OE2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas; OE6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; OE7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural; Domínio 3. Transportes, energia e alterações climáticas; Domínio 4. Competitividade dos territórios; Domínio 5. Infra-estruturas e serviços colectivos; Domínio 6. Cultura cívica, planeamento e gestão territorial.	Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural; Domínio 3. Transportes, energia e alterações climáticas; Domínio 4. Competitividade dos territórios; Domínio 5. Infra-estruturas e serviços colectivos; Domínio 6. Cultura cívica, planeamento e gestão territorial.
Crescimento mais rápido do que a economia 'castanha', enquanto mantém e restabelece o capital natural	Terceiro objetivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património.; Sexto objetivo: Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.	Crescimento mais rápido do que a economia 'castanha', enquanto mantém e restabelece o capital natural Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património.; Sexto objectivo: Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional. OE6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais; OE7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local; OE10. Intensificar a cooperação internacional	Domínio 2. Desenvolvimento urbano e rural; Domínio 3. Transportes, energia e alterações climáticas; Domínio 4. Competitividade dos territórios;



Numa perspectiva de desenvolvimento estratégico integrado, faria sentido correlacionar estes (e outros) instrumentos essencialmente políticos de forma a:

1. combinar e otimizar recursos humanos e financeiros;
2. mitigar impactes ambientais e sociais negativos decorrentes dos processos de inovação e desenvolvimento económico;
3. reavaliar as prioridades de investimento no que toca ao desenvolvimento de infraestruturas e obras de grande impacto em áreas de alto valor ecológico, dentro e fora da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP);
4. reforçar o valor social e económico do património natural e correlacionar crescimento económico com a valoração e gestão sustentável da biodiversidade e serviços dos ecossistemas, de forma a maximizar o valor económico das opções futuras e do legado intergeracional;
5. promover o desenvolvimento rural e urbano de forma equilibrada, não separar estas duas realidades, dada a dimensão reduzida do nosso território e os inúmeros factores de co-dependência especialmente ao nível da cadeia de fornecimento e ciclo de vida de produtos e serviços com base em recursos naturais;
6. identificar todos os subsídios e apoios financeiros que promovem a 'Economia Castanha', nomeadamente os que reforcem a dependência de combustíveis fósseis e que promovam actividades económicas produtoras de emissões de gases de efeito estufa e canalizar esses subsídios e apoios financeiros para um desenvolvimento tecnológico, ambiental e socioeconómico promotor de 'Economia Verde'
7. desenvolver uma estratégia de exportação de bens, produtos e serviços que reforcem o papel de Portugal como país ecoeficiente, responsável e inovador e acrescentem valor à economia nacional, sendo para isso fundamental interligar múlti-

plos mecanismos institucionais e quadros legais e regulamentares e tornar essa mesma estratégia evidente ao nível de todos os instrumentos políticos, estratégicos e instrumentos de planeamento e ordenamento territorial.

### 3. OBSERVAÇÕES FINAIS

Considerando que a natureza do presente trabalho é de análise de contexto e de definição de uma problemática ainda por explorar de forma metodológica e analítica, os autores consideram que existem 3 aspectos a ter em ponderação no decurso da investigação que agora será desenvolvida com base neste artigo de *'state of the art'*:

- O passo seguinte será a definição de uma metodologia de investigação de aquisição e análise de dados relativamente ao resultado de: a) outros estudos realizados no âmbito da integração da 'Economia Verde' nas políticas nacionais e/ou regionais e quais os resultados estratégicos e práticos que os mesmos tiveram e b) análise de nova documentação produzida pela Comissão Europeia que defina como integrar os processos de 'Economia Verde' ao nível dos modelos económicos e de governação;
- Será desenvolvido um acompanhamento rigoroso da Cimeira das Nações Unidas 'Rio +20' no que diz respeito ao tema da 'Economia Verde';
- Nos primeiros seis meses após o 'Rio +20', será feita uma análise dos resultados da Cimeira, bem como dos documentos, protocolos, estratégias e medidas políticas a que a mesma der origem em termos de integração da 'Economia Verde' ao nível do planeamento territorial.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbier, E.B. 2010. *A Global Green New Deal: Rethinking the Economic Recovery*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Blakeley, E.J., N.J. Leigh. 2010. *Planning Local Economic Development*, 4th edition, Thousand Oaks: Sage Publications.
- CBD. 2011. *Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020*, including Aichi Biodiversity Targets. <http://www.cbd.int/sp/>
- CEC. 2006. Halting the loss of biodiversity by 2010 - and beyond. Sustaining ecosystem services for human well-being. Communication from the Commission, COM(2006)216 final, 22.5.2006, Commission of the European Communities, Brussels.
- CEC. 2011. Our life insurance, our natural capital: an EU biodiversity strategy to 2020. COM(2011) 244 final. Commission of the European Communities, Brussels.
- Costanza, R., d'Arge, R.; de Groot, R.; Farber, S.; Grasso, M.; Hannon, B.; Naeem, S.; Limburg, K.; Paruelo, J.; O'Neill, R.V.; Raskin, R.; Sutton, P. and van den Belt, M. 1997. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, 387:253-260;
- Costanza, R., Fisher, B., Mulder, K., Liu, S., Christopher, T., 2007. Biodiversity and ecosystem services: A multi-scale empirical study of the relationship between species richness and net primary production, *Ecological Economic* 61, 478-491;
- DEFRA. 2011. *The Natural Choice: securing the value of nature*. Presented to Parliament by the Secretary of State for Environment, Food and Rural Affairs by Command of Her Majesty, June 2011.
- EEA. 2011. *SIGNALS 2011 — Globalisation, environment and you*. EEA - European Environment Agency. Publication. <http://www.eea.europa.eu/publications/signals-2011-1>
- Gramkow, C.L., Prado, P.G., & Michelotti, G. (Eds.). 2011. *Green economy: Challenges and opportunities*. Belo Horizonte: Conservation International. [http://intranet.iisd.ca/shared/administration/ic\\_files/minisis\\_pdfs/PoliticaAmbiental.pdf](http://intranet.iisd.ca/shared/administration/ic_files/minisis_pdfs/PoliticaAmbiental.pdf)
- Hawken, Paul; Lovins, Amory; Lovins, L. Hunter. 2000. *Natural Capitalism: Creating the Next Industrial Revolution*. 1st ed. Back Bay Books. [www.natcap.org](http://www.natcap.org)
- Hopper, Kim. 2004. *Conservation Finance Handbook*. 1st ed. Trust For Public Land
- Houdet, Joël; Trommetter, Michel and Weber, Jacques. 2011. Understanding changes in business strategies regarding biodiversity and ecosystem services». Corrected proof. *Ecological Economics* (0). doi:10.1016/j.ecolecon.2011.10.013. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800911004393>
- Hueting, Roefie, 1990. "The Brundtland report : A matter of conflicting goals," *Ecological Economics*, Elsevier, vol. 2(2), pages 109-117, June.
- ICNB. 2009. *Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB*. [http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/56EE26E3-0D66-4996-A61B-5EA3E92E8DCD/0/Relat\\_Nac\\_AvalExec\\_ECNB\\_27\\_7\\_09.pdf](http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/56EE26E3-0D66-4996-A61B-5EA3E92E8DCD/0/Relat_Nac_AvalExec_ECNB_27_7_09.pdf)
- IEEP. 2010. *The Manual of European Environmental Policy*. Earthscan, London.
- Jacobs, Michael. 1991. *Green Economy: Environment, Sustainable Development and the Politics of the Future*. Colorado: Pluto Press; 1991. 312 p.
- Jones-Walters, Lawrence; Mulder, Ivo. 2009. Valuing nature: The economics of biodiversity. *Journal for Nature Conservation* 17 (4) (December): 245-247. doi:10.1016/j.jnc.2009.06.001.
- Kettunen, M and ten Brink, P. 2006. Value of biodiversity- Documenting EU examples where biodiversity loss has led to the loss of ecosystem services. Final report for the European Commission.
- Institute for European Environmental Policy (IEEP), Brussels, Belgium. 131 pp.
- Millennium Ecosystem Assessment. 2005. *Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis*. World Resources Institute, Washington, DC.
- Najam, Adil (Editor), Selin, Henrik; Halle, Mark. 2011. *Beyond Rio+20: Governance for a Green Economy*. IISD Publications Centre. Pardee Center, 2011. Trustees of Boston University, ISBN 978-0-9825683-8-5. <http://www.bu.edu/pardee/files/2011/03/Rio20TFC-Mar2011.pdf>
- Nunes, P.A.L.D., Ding, H., Boteler, B., ten Brink, P., Cottee-Jones, E., Davis, M., Ghermandi, A., Kaphengst, T., Lago, M., McConville, A. J., Naumann S., Pieterse, M., Rayment, M., and A. Varma. 2011. *The Social Dimension of Biodiversity Policy: Final Report*. European Commission, DG Environment under contract: ENV.G.1/FRA/2006/0073 – 2nd, pages vii-205, Venice/Brussels, February 2011
- Ocampo, Jose Antonio; Cosbey, Aaron and Khor, Martin 2011. *The Transition to a Green Economy: Benefits, Challenges and Risks from a Sustainable Development Perspective*. Report by a Panel of Experts to Second Preparatory Committee Meeting for United Nations Conference on Sustainable Development. Division for Sustainable Development, UN-DESA, United Nations Environment Programme and UN Conference on Trade and Development. [http://www.unctd.org/rio20/content/documents/Green%20Economy\\_full%20report%20final%20for%20posting%20clean.pdf](http://www.unctd.org/rio20/content/documents/Green%20Economy_full%20report%20final%20for%20posting%20clean.pdf)
- Pearce, D., A. Markandya and E.B. Barbier. 1989. *Blueprint for a green economy*. Earthscan, London, Great Britain, 1989. 192 pp. ISBN 1 85383 066 6
- Pereira, H. M., Domingos, T., Vicente, L., Proença, V. (eds.) 2009. *Ecosystems e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Escolar Editora.
- PNUMA, 2011. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão*. [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)
- Portuguese Presidency of the EU Council and European Commission. 2007a. *Incorporating biodiversity into corporate responsibility schemes*. Portuguese Presidency of the EU Council and European Commission, Lisbon, Portugal. Available at: <http://countdown2010.net/business>
- Puppim de Oliveira, J.A., O. Balaban, C.N.H. Doll, R. Moreno-Peñaranda, A. Gasparatos, D. Iossifova, A. Suwa. 2011. *Cities and biodiversity: Perspectives and governance challenges for implementing the convention on biological diversity (CBD) at the city level*. *Biological Conservation* In Press, Corrected Proof. doi:10.1016/j.biocon.2010.12.007. <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6V5X-524P7BG-1/2/c65054e54f21aa1cd908c13afc0ac8ff>
- Rees, William and Wackernagel, Mathis. 1996. *Urban ecological footprints: Why cities cannot be sustainable--And why they are a key to sustainability*. *Environmental Impact Assessment Review* 16 (4-6): 223-248. doi:10.1016/S0195-9255(96)00022-4.
- Schaltegger, Stefan and Burritt, Roger L. 2010. Sustainability accounting for companies: Catchphrase or decision support for business leaders? *Journal of World Business* 45 (4) (October): 375-384. doi:10.1016/j.jwb.2009.08.002
- Silvis, Huib. 2011. *The Economics of Ecosystems and Biodiversity in National and International Policymaking*. European Review of Agricultural Economics. doi:10.1093/erae/jbr052. <http://erae.oxfordjournals.org/content/early/2011/09/11/erae.jbr052.short>





- TEEB Foundations. 2010. The Economics of Ecosystems and Biodiversity: Ecological and Economic Foundations. Kumar, P. (ed). Earthscan, London.
- TEEB. 2008. The economics of ecosystems and biodiversity. European Commission, Brussels.
- TEEB. 2009. The economics of ecosystems and biodiversity for national and international policy makers- Summary: responding to the value of nature. European Commission, Brussels.
- TEEB. 2010. TEEB for Local and Regional Policy Makers. A Quick Guide to The Economics of Ecosystems and Biodiversity for Local and Regional Policy Makers.  
<http://www.teebweb.org/LinkClick.aspx?fileticket=DIO9E4Q1zB0%3D&tabid=1018&mid=1930>
- UN General Assembly. 2011. The Synthesis report on best practices and lessons learned on the objective and themes of the UNCSD, Report for the 2nd Preparatory Committee for the UNCSD, Rio+20 Secretariat, New York.  
<http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/CONF.216/PC/8&Lang=E>
- UNCTAD. 2011. The Road to Rio+20: for a Development-led Green Economy. UN Conference on Trade and Development, Geneva.  
<http://www.unctad2012.org/rio20/content/documents/1150172%20Low%20RES.pdf>
- UNECE/FAO. 2011. The UNECE / FAO Action Plan for the forest sector in a green economy.  
[www.uncece.org/fileadmin/DAM/timber/meetings/Action\\_Plan\\_Forests\\_and\\_Green\\_Economy\\_Draft\\_for\\_consultation\\_at\\_stakeholder\\_meeting.pdf](http://www.uncece.org/fileadmin/DAM/timber/meetings/Action_Plan_Forests_and_Green_Economy_Draft_for_consultation_at_stakeholder_meeting.pdf)
- UNEP, 2011, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. ISBN: 978-92-807-3143-9.  
[www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)
- UNEP, ILO, IOE, ITUC. 2008. Green Jobs: towards Decent Work in a Sustainable, Low-carbon World, International Labour Organization, Geneva.  
[www.unep.org/labour\\_environment/features/greenjobs.asp](http://www.unep.org/labour_environment/features/greenjobs.asp)
- UNESCO. 2011. From Green Economies to Green Societies. UNESCO's Commitment to Sustainable Development.  
<http://www.unesco.org/new/en/bureau-of-strategicplanning/themes/special-programme-issues/rio-20/>
- United Nations Department of Economic and Social Affairs . 2009. A Global Green New Deal for Sustainable Development, Policy Brief No.12, UNDESA, New York.  
[http://www.un.org/esa/dsd/resources/res\\_pdfs/publications/sdt\\_cc/cc\\_global\\_green\\_new\\_deal.pdf](http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_pdfs/publications/sdt_cc/cc_global_green_new_deal.pdf)
- United Nations Department of Economic and Social Affairs . 2011. Objective and themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, Report of the Secretary-General for the 2nd Preparatory Committee for Rio+20, Rio+20 Secretariat New York.  
<http://www.unctad2012.org/rio20/content/documents/N1070657.pdf>